

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: UM DEVER DA FAMÍLIA, DA ESCOLA E DA SOCIEDADE

Maria Natielly Soares Campos

Mestranda em História do Brasil no PPGHB da Universidade Federal do Piauí – UFPI

Especialista em História e Cultura Afro-brasileira – Faculdade IBRA

E-mail: natielly.scampos@gmail.com

Johny Santana de Araujo

Doutor em História Social UFF/Pós Doutor em História PUC SP, Departamento de História,
Programa de Pós-graduação em História do Brasil PPGHB UFPI,

E-mail:johnysant@gmail.com

RESUMO

Pensar a História da África, bem como o ensino da Cultura Afro-brasileira nos transporta para onde tudo começou, momento em que o tráfico negreiro forçou milhões de africanos a virem à colônia portuguesa ou Brasil Colonial, formando a maior concentração de africanos fora da África. Tais eventos brutais símbolos de uma sociedade escravista resultaram na reconfiguração identitária que originaria povos múltiplos em suas crenças, tradições e vivências, fruto de um processo de simbiose forçado, entre a África e o que viria a ser o Brasil. Portanto, passados 132 anos após a abolição da escravatura, fica a cargo da família, da escola, através da Lei 10.639/03, Lei que obriga o ensino de história da África nas escolas, e da sociedade apresentar para o futuro das gerações quais as importâncias e contribuições de se conhecer, estudar a nossa história, bem como se identificar enquanto sujeito detentor e herdeiro de tradições culturais, que atravessam a linha do tempo e resistem na História.

Palavras-chave: Ensino; Cultura Afro-brasileira; Identidade.

1. INTRODUÇÃO

Pensar as questões que permeiam as veias da formação da sociedade brasileira nos inclina, de imediato, para o que ocorreu semelhante a uma simbiose forçada, que uniu povos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

africanos aos que posteriormente tornaram-se o povo brasileiro, através do processo de miscigenação. Foi através do tráfico forçado de escravos vindos de algumas regiões africanas, que todas as colônias lusitanas conheceram as faces da escravidão negra instalada no novo mundo, dessa forma, a partir da difusão da mão-de-obra escrava, todas as esferas da sociedade foram tocadas pelo prisma da brutal escravidão negra africana.

Passados 132 anos após a assinatura da Abolição da escravatura no Brasil, resultado da Lei Áurea¹ assinada pela Princesa Isabel, no dia 13 de maio de 1888, que libertava os escravos negros africanos de mais de 400 anos de escravidão árdua e impiedosa, nos deparamos com a missão de acessar e trabalhar essas temáticas, envolvendo as veredas de um sistema brutal e árduo, mas também emergindo vertentes que nos transportam para o plano da observação das veias culturais presentes desde a passagem dessa fase da história brasileira, bem como a incorporação de culturas e multifaces do que se tornaria o povo brasileiro.

Dessa foram, buscou-se explorar a importância imprescindível das temáticas que envolvem as pautas afro-brasileiras, não só dentro do contexto escolar, como no seio familiar e no âmbito social, despertando as percepções de sujeitos detentores de saberes, herdeiros de costumes e tradições que sobrevivem ao tempo e atravessam gerações, donos não apenas de marcas genéticas, mas também de pegadas que nos servem de âncora para nos situarmos nas pistas de nossos percursos que modelam percepções enquanto sujeitos históricos e herdeiros do novo da vida.

Debruçaremos-nos sobre algumas temáticas imprescindíveis para arrolar as questões do ensino e difusão das pautas afro-brasileiras, questões essas que envolvem a movimentação em sincronia das esferas escolares, familiares e da sociedade, mostrando as competências e responsabilidades de formarmos sujeitos capazes de conhecerem suas trajetórias no palco da história, bem como suas experiências e construções individuais..

A importância das abordagens históricas e sociais encontra-se necessária ainda no cenário de “berço” das gerações vindouras, e a construção dessas noções e reconhecimentos de herdeiros da cultura afro-brasileira torna-se indispensável para a evolução da consciência

¹ A Lei nº 3.353, Lei Áurea de 13 de maio de 1888, assinada pela Princesa Isabel, Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade, o Imperador D. Pedro II, que declarava, desde esta data, extinta a escravidão no Brasil. Tais medidas foram tomadas em meio a um sistema de escravidão reconhecido como insustentável e que tardava sua chegada. As resistências, pressões e campanhas populares apressaram as decisões do império. Decreto Nº 3.353 de 13 de maio de 1888. Brasília: Presidência da República do Brasil, 1888.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de pertencimento e reconhecimento desses valores, bem como peça indispensável para a contribuição na formação desses indivíduos. Tais noções, pautadas na educação possibilitaria um mundo cada vez mais distante da crueldade de práticas racistas, bem como as fissuras de um sistema seletivo, negligente com sua própria história.

Através da pesquisa apresentada, seremos capazes de entender como a família, a escola, através dos currículos escolares e a sociedade tornam-se fundamental para os desenvolvimentos e as percepções de um sujeito ativo na história, conhecedor do seu passado, de sua importância para a formação da sociedade brasileira, multicultural e plural.

Observaremos como está estruturada as abordagens que circundam a importância das práticas de ensino-aprendizado nas escolas de rede pública de ensino, observadas desde a implementação e aplicação da Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, bem como redes oficiais e particulares, assegurando a difusão do ensino e aprendizado, bem como a regulamentação de tais temáticas de ensino. Dessa forma, tal pesquisa objetiva sinalizar como estão sendo observadas as práticas do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana tanto dentro dos muros das escolas, como na competência familiar e na sociedade.

No primeiro momento, trabalhamos as estruturas do processo de escravidão, um breve panorama sobre o tráfico negreiro, bem como até onde os alunos compreendem e observam tais temáticas. Verificou-se as explanações de como surgiu a necessidade de se deslocar mar a dentro em busca de cativos que se tornariam o alicerce da formação da sociedade brasileira, tais construções contaram com os três principais ingredientes da formação do sujeito brasileiro, através do sangue, da força e do suor de escravos africanos, somados ao sangue indígena e ao sangue colonizador, frutos dessa forma brutal e forçada, observamos o engatinhar das primeiras alvoradas do nascer de um novo sujeito político, multicultural, plural em suas maneiras de ser, heterogêneo, longe de suas estruturas homogêneas².

No segundo momento, foram observadas as pluralidades de como são trabalhadas e absorvidas as questões que envolvem as percepções sobre a cultura Afro-brasileira e africana, bem como seus papéis na sociedade, relacionada à cultura e identidade dos brasileiros.

² Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães, a ideia de nação homogênea era algo defendido pela elite letrada imperial, contando com os esforços do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - IHGB, que a partir de 1838, ano de sua fundação, trabalharia para criar ideias sobre a gênese da sociedade brasileira.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Observamos a importância de nos compreendermos enquanto sujeitos herdeiros de tradições artísticas, religiosas, musicais, culinárias, culturais e tantas outras heranças que compõem a cultura Afro-brasileira. Observamos a carência de novas práticas e novas abordagens que envolvam a facilitação e assimilação da multiculturalidade brasileira. Vimos ainda como a família e a sociedade devem desempenhar papéis que na escola ganham mais dimensões de saberes.

No terceiro momento foram abordadas as questões que competem ao papel dos currículos escolares, com a difusão da Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003³, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas. Bem como novas práticas de ensino, novas percepções de aprendizado e novas dinâmicas no espaço escolar. Tudo isso facilita as abordagens temáticas e ultrapassa qualquer afirmação de que tais conteúdos geram dificuldades e desafios no âmbito do ensino-aprendizado, frente à diversidade das novas práticas que devem ser incorporadas em sala de aula e no meio social e familiar.

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: UM BREVE PANORAMA DO TRÁFICO NEGREIRO E O PROCESSO DE ESCRavidÃO DE AFRICANOS ATÉ AS ABORDAGENS E ASSIMILAÇÕES EM SALA DE AULA

Os professores, em boa parte dos casos, deixam marcas em nossas vidas, e é exatamente com esse pensamento que esses professores, enquanto formadores de opinião, podem e devem atuar em sala de aula trabalhando temas que precisam urgentemente transcender as barreiras dos breves resumos contidos nos livros didáticos, e isso vale para todas as áreas de ensino, em especial, como foco desta pesquisa, a área de ensino da História e Cultura Afro-brasileira e africana.

As questões que envolvem o tráfico negreiro de africanos carecem de cuidados e abordagens que necessitam atender às observações históricas, emergindo a importância histórica dessas culturas incorporadas em solo brasileiro. Para Eliana Marques Ribeiro Cruz o currículo escolar ainda deixa bastante a desejar, observando que nos ensinamentos e abordagens sobre identidades plurais, nas carências de ferramentas que visam dinamizar e alargar essas informações no espaço escolar. Ainda paira em nossa cultura as práticas eurocêntricas. Cruz (2006) destaca:

³ Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A escola forjou um “currículo embranquecido”, no qual as figuras que representam a conquista, o heroísmo, a inteligência são os homens brancos europeus e norte-americanos. Um currículo que nega a história dos povos africanos ou que os toma como não civilizados, sem cultura, exóticos e como os que “melhor se adaptaram à escravidão”, não contando os movimentos e lutas de resistência negra contra a escravidão. (CRUZ, 2006, p. 14)

Nesse sentido, os currículos escolares ainda acabam por excluir e/ou tratar de forma superficial sobre tais temáticas que envolvem a cultura afro-brasileira, bem como seu contexto na história. Isso ocorre em meio a ações que favorecem um distanciamento dessas abordagens, quando, por exemplo, o professor identifica que a escola não dispõe de ferramentas necessárias para pesquisas, como internet, eventos extracurriculares como visitas a monumentos, museus, ou até mesmo uso de oficinas e palestras dentro da escola. Sobre a realidade multicultural de nossa sociedade, José Ricardo Oriá Fernandes (2005) ressalta:

Apesar desse fato incontestável de que somos, em virtude de nossa formação histórico-social, uma nação multirracial e pluriétnica, de notável diversidade cultural, a escola brasileira ainda não aprendeu a conviver com essa realidade, por conseguinte, não sabe trabalhar com as crianças e jovens dos estratos mais pobres, constituídos, na sua grande maioria, de negros. (FERNANDES, José Ricardo Oriá, 2005, p. 379).

Dessa forma, muitas temáticas devem ser urgentemente abordadas de forma aprofundada no âmbito escolar, contando com o manuseio de ferramentas que rompam a barreira de uso apenas do livro didático, sujeito a grandes abreviações históricas, observando com uma maior ênfase nos meios brutais da miscigenação nacional, tratando de forma ajustada a cada sala de aula. Essas são algumas medidas que favorecem ao aluno cada vez mais consciência das marcas do tempo, de como a história aconteceu, alargando cada vez mais o ensino-aprendizado. As rupturas desses modelos desprezíveis de segregação nos norteiam para a reconstrução de nossas histórias, ao acessarmos nosso passado:

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar. Nelson Mandela (PAIM, 2004, p.19)

Romper com essas histórias pré-moldadas, à tempos fazem parte do importante papel do professor de história, ganhando cada vez mais espaços, esses discurso quebram visões e versões elitistas e constroem, sem sombras de dúvidas, alunos reflexivos e cada vez mais observadores.

Pensar a história do Brasil requer atenção e perspicácia, cabe aos professores de História buscar fugir para o mais longe possível das amarras de uma versão tradicional,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

elitista e centralista, inserida na vanguarda da historiografia brasileira, que nos empurra goela adentro algumas versões romantizadas e muitas vezes amenizadora, trabalhada em meados do século XIX, apadrinhada pelos colonizadores e a elite letrada. Através do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB, encontramos as fontes do que seria, segundo o que estava sendo moldado, a gênese da sociedade brasileira, “à moda da casa”⁴.

Falar em sala de aula sobre o tráfico negreiro e o processo de escravidão dos africanos, vai além de narrar vindas forçadas e impiedosas, requer ainda desmistificar o conceito de uma África pequena, representada como sendo pobre em seu estado absoluto e cercada de atrasos. Segundo Henrique Cunha Junior (1997), a história ainda compõe um caráter racista e reforça o imaginário de uma África pobre, atrelando-a ao racismo:

A imagem do africano na nossa sociedade é a do selvagem acorrentado à miséria. Imagem construída pela insistência e persistência das representações africanas como a terra dos macacos, dos leões, dos homens nus e dos escravos (CUNHA JR, 1997, p.58).

Geralmente os livros didáticos abordam os temas sobre os povos africanos de uma forma reduzida, cabendo ao professor alargar esses conhecimentos, romper com essas ideologias racistas brasileiras, bem como gerar desconstruções desses elementos depreciativos, podendo falar sobre suas várias culturais africanas incorporadas, sua rica contribuição para a formação da sociedade brasileira, suas representatividades facilmente identificadas na culinária, dança, religiosidade e por aí vai. Essas observações de novas abordagens podem ser potencializadas desde a formação dos professores, culminando com a continuidade dessas práticas pedagógicas em sala de aula. Nas várias experiências do espaço acadêmico é possível nos depararmos com inúmeras fontes e formas de gerar conhecimento dinamizado, que deve ser devolvido para a sociedade, através do ensino escolar.

Todo o esquecimento historicamente proposital acaba gerando um negligenciamento da história, e negar essas questões históricas apaga o protagonismo desses povos, que contribuíram e contribuem para a formação do povo brasileiro, suas culturas e costumes, tudo isso confunde nossos alunos e gera cada vez mais um afastamento do sentimento de pertencimento da cultura afro-brasileira. Sobre isso, Circe Bittencourt salienta:

A História do Brasil tem sido ensinada visando construir a ideia de um passado único e homogêneo, sem atentar para os diferentes setores sociais e étnicos que compõem a sociedade brasileira. Constatam muitas dessas críticas que a ideia de um

⁴ Manoel Luís Salgado Guimarães: *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História*.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

povo homogêneo com um passado único se consolidou por intermédio da difusão de que somos um povo caracterizado pela democracia racial (BITTENCOURT, 2005, p. 198).

Bittencourt ressalta a ideia de atrelamento de uma história brasileira do ponto de vista homogênea, sem representatividade das pluralidades culturais e sociais, negligenciando os papéis do negro africano, bem como de indígenas, afastando-os das linhas do tempo e das relações diretas com o surgimento da formação nacional. Para tais resoluções de gargalos identificados nos espaços tanto da sala de aula, como da convivência em família e entre a sociedade, se faz necessário mudanças de estratégias nos acessos a informações que obordem o conhecimento da própria história da formação da nação brasileira. Essas informações podem ser buscadas através de estratégias que envolvam até mesmo a comunidade acadêmica, se possível, ao aproximar escola e discentes universitários.

Com o passar dos anos, sabe-se que o acesso à informação têm se tornado democrático e à distância de alguns cliques nas redes de internet. Sites como o Gueledés⁵, criado em 30 de Abril de 1988, tem o intuito de interceder em nome das mulheres e negros, as discriminações que são alimentadas pelas atitudes atribuídas ao sexismo e o racismo presente na sociedade brasileira, propondo temas que versam entre os mais remotos até os temas mais próximos da atualidade.

A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E O PAPEL DA SOCIEDADE

Repensar o imaginário social brasileiro, no que se refere à história da África requer da sociedade uma desvinculação com pensamentos relacionados à barbárie, pensamentos de atraso e ligações com o não civilizado. Todos esses estigmas são incorporados em nosso meio social através de alguns filmes, animações populares e se encarregam de compor a errônea ideia de uma África desprovida de riquezas e de um passado. Vejamos as considerações de Mônica Lima:

O fato é que nossos antigos historiadores trataram indevidamente, ou ignoraram a participação africana em nossa formação, influenciados por preconceitos originários da sociedade escravista, entre os quais os ideais de branqueamento da população brasileira nutridos, desde meados do século XIX, por boa parte das elites nacionais. (LIMA, Mônica, 2004 p. 84)

⁵ Disponível em: <http://www.geledes.org.br>.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Assim como nos coloca Mônica Lima, é comum abordar a África como uma totalidade, distanciando-se de um continente que é composto por uma diversidade de povos, culturas e identidades. Todas essas ideias equivocadas são transmitidas desde as primeiras noções do que seria o continente africano, incorporado por gerações e que paulatinamente foram disseminadas. Entender o mundo além das visões eurocêntricas e afastar a folclorização da cultura negra contribui cada vez mais para afastarmos da sociedade o preconceito velado ou não, o racismo escancarado e as negações de nosso próprio passado.

Construir essa ideia de “nós” possibilita uma maior leitura de identidades e identificações da cultura negra, bem como suas contribuições socioculturais e multiculturais. Ficando a cargo da sociedade observar as entrelinhas de narrativas didáticas ou até mesmo de um filme, livro, etc., que expõe de forma não precisa e desrespeitosa a cultura Afro-brasileira. Dessas ideias errôneas e que fortalecem as mentalidades racistas e preconceituosas, SILVA (2006) corrobora:

Em duas unidades de leitura personagens negros foram descritos com formas racistas explícitas. Numa delas a personagem Emília, de Monteiro Lobato, ao falar da necessidade de reformar o mundo, dispara “para que tanto beijo em Tia Nastácia?”.

Em história de Cecília Meireles sobre um Bem-te-vi que cantava diferente, especulando sobre o desaparecimento do pássaro a autora desfere “talvez tenha sido atacado por esses crioulos fortes que saem do mato e atiram sem razão no primeiro vivente que encontram”. (SILVA, 2006, p.9)

Pensar nessas temáticas que envolvem o mundo das letras e que chegam muitas vezes em nossas casas através da TV requer um olhar atento a essas ideias e uma precisa correção nesses erros literários e históricos que fortalecem as ideias errôneas e maldosas, a cerca dos negros africanos.

A carência de maiores representatividades e democratizações de literatura negra, bem como de variedade de brinquedos que atendam ao estereótipo de 56,10% da população que se declara negra, no Brasil⁶, acaba por facilitar os reforços de uma cultura Afro-brasileira menos democratizada e acessível. Sobre as abordagens fora do espaço escolar, Patrícia da Silva Soares discorre:

Por esses motivos, o principal problema encontrado no processo de ensino e aprendizado da história da África são as informações adquiridas sobre a África fora do contexto escolar, marcadas por preconceitos. Estas informações de caráter

⁶ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE, constam que dos 209,2 milhões de habitantes do país, 19,2 milhões se assumem como pretos, e 89,7 milhões se declaram pardos.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

racistas são produtoras de um imaginário pobre e preconceituoso, extremamente alienantes e restritivas. (SOARES, Patrícia Silva, 2016, p. 9)

Uma carência na educação sobre as temáticas africanas e afro-brasileiras refletem de forma catastrófica nas intenções de identificação pessoal com as representações socioculturais do dia-a-dia, afastando cada vez mais os sentimentos de pertencimento e distanciando de nossas identidades históricas. A sociedade pode e deve fiscalizar e monitorar as influências externas que permeiam o interior das comunidades, observando como a própria história está sendo retratada, seja através do comércio, culinária, música, para assegurar a pluralidade social e tradicional.

A CULTURA-AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

Ao refletirmos sobre a África que fuja das amarras imaginárias que se resume em pobreza, isolamento, escravidão, selvageria, em unidade espacial e social limitada, nos faz lembrar que tais pensamentos errôneos foram regularmente mantidos no meio social da sociedade brasileira, através de discursos inferiores e pejorativos que ecoavam em discursos incorporados por antigos professores, e essas projeções encontram-se mais fortes em discursos do século XIX, ligados ao braqueamento da população brasileira.

Dessa forma, cristalizou-se na sociedade brasileira visões sobre um continente africano inferior, distanciando cada vez mais as intenções de aproximar essas duas culturas e enaltecer suas riquezas multiculturais e sociais, seja através de bens imateriais ou bens materiais. Além disso, cabe ao Estado e à sociedade fiscalizar de forma mais presente como estão sendo trabalhadas as temáticas afro-brasileiras e africanas, acompanhar de perto, junto à escola:

A inserção da história da África e do povo negro nos currículos escolares é um avanço, mas há que cuidar que África, que negro aí se retrata, e como as mulheres negras e suas reivindicações são representadas. Haveria, portanto, para fazer frente a tal desafio, por uma educação anti-racista e anti-sexista, contribuir para que a escola mais se abrisse ao conhecimento dos movimentos sociais, como o das mulheres negras. Quando racismo e sexismo se conjugam, as consequências nefastas se multiplicam. (ABRAMOVAY e CASTRO, 2006, p. 36).

Entende-se que novas temáticas e/ou o aprimoramento das mesmas necessitam atender às disposições das DCNs⁷, seja elas normas da escola ou novas práticas emergentes por

⁷ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

professores de História e guardiões do fazer histórico, aptos a discutir os currículos escolares impostos, bem como criticar as práticas escolares que estejam distantes das metas educacionais necessárias. Uma vez que a escola, através dos currículos, ofereça uma maior dinamização e democratização da história e cultura Afro-brasileira, formaremos cada vez mais sujeitos reflexivos, detentores de sua própria história.

Das várias abordagens que podem e devem ser adotados pela escola, destacamos como espelho a ser seguido um dos eventos desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal do Piauí, através de uma oficina organizada pelo Programa de Educação Tutorial de História – PET História da UFPI. Oficinas voltadas para alunos de uma escola de rede pública da cidade de Teresina – PI, no qual forma desenvolvidas apresentações que visavam direcionar aos alunos aportes teóricos e práticos sobre noções de cidadania, cultura, a própria formação da sociedade brasileira e o papel da história. Dessa forma, em parceria com a escola selecionada, graduandos, docentes e estudantes da rede pública de ensino puderam experienciar novas abordagens temáticas e novas formas de observar a história do Brasil. Todas as considerações do evento de extensão voltaram-se para o auxílio na formação de cidadãos pensantes, detentores de saberes, ao acessarem escritas até então direcionadas ao meio universitário.

Outro exemplo de intervenção educacional, se deu através de um outro evento arquitetado também pelo PET História da UFPI, ao organizar grupos de estudos voltados para pesquisas e debates sobre os estudos sobre a colonização, escravidão, como a sociedade brasileira é múltipla em suas tradições, costume e identidades, fornecendo uma maior democratização de ensino. Todas essas organizações de eventos visam a construção e contribuição de profissionais da área de história, capazes de mediar novos formatos de abordagens temáticas e novas formas e ferramentas de historicizar, contribuindo na devolução desses saberes à sociedade, ao romper com os muros da academia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância dos saberes da sociedade brasileira sobre a História da África, bem como da Cultura Afro-brasileira nos possibilita vislumbrar um futuro cada vez mais distante das amarras racistas, preconceituosas e equivocadas. Significa (re)significar nossa história e nos compreendermos enquanto sujeitos detentores do multiculturalismo social brasileiro.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Um dos maiores gargalos identificados para uma nova construção de saberes está na carência de democratização dessas versões históricas importantes da história nacional, requer cada vez mais acessos, ferramentas e dinamizações dessas informações, para que os jovens alunos possam acessar cada vez mais rápida esses saberes sobre a cultura afro-brasileira, bem como nossas raízes africanas.

Fica nas mãos da família, das esferas escolares e da sociedade os esforços de se construir uma história que ultrapasse as narrativas dos vencedores, que trabalhe sempre com uma história a contrapelo, partindo sempre para um olhar atento, não só à macro história, mas imprescindivelmente lançando olhares para a micro história.

Todas essas práticas, uma vez incorporadas de forma correta, despertará nos alunos a urgência do sentimento de pertencimento e sentimento de identificação com a cultura brasileira em suas múltiplas faces e formas. Ainda percebe-se muito o que se fazer, para romper com essa história cristalizada, fragmentada, preconceituosa e injusta, ao afastar alienações e legitimar nossa história. A presente pesquisa certamente nos impulsionará a repensar essas questões e a observar cada vez mais as nossas missões enquanto sujeitos históricos. Fica a cargo da família, da escola e da sociedade a missão de observar a história e seu comprometimento com um futuro melhor e mais justo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam, CASTRO, Mary Garcia. **Relações Raciais na Escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

BITTENCOURT, Circe. **Identidade nacional e ensino de História do Brasil**. In: KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2005.

CRUZ, Eliana Marques Ribeiro. **Cor/Raça no Censo Escolar 2005: o que é ser preto, branco, pardo?** In: 29ª Reunião da ANPEd, 2006, Caxambu, MG. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/29portal.htm>. Acesso em 18 de dez. 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CUNHA JR, Henrique. **A história africana e os elementos básicos para o seu ensino.** In. COSTA LIMA, Ivan e ROMÃO, Jeruse (org). *Negros e currículo. Série Pensamento Negro em Educação* nº 2. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1997.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Ensino de História e Diversidade Cultural: Desafios e Possibilidades.** Cad. Cades, Campinas, Vol. 25, n. 67, p. 379, set/dez 2005

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado: *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nação.* Disponível em:

https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/814866/mod_resource/content/1/Guimar%C3%A3es%20C%20Manoel.%20IHGB%20e%20o%20projeto%20de%20um%20Hist%C3%B3ria%20Nacional.pdf > Acesso em 06 de jan. 2021.

PAIM, Paulo. In: **Afirmativa Plural. Afrobras Sociedade Afro-brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural**, Ano I, Número 2, 2004. Disponível em <http://www.unipalmars.org.br/pdf/afirmativa2.pdf>. Acesso em 3 de jan. 2021.

SANTOS, Normando Batista dos. **O educador e a luta contra o racismo.** In: LIMA, Ivan Costa e ROMÃO, Jeruse (org). *As idéias racistas, os negros e a educação. Série O pensamento negro na educação*, nº 1. Florianópolis: Núcleo de estudos negros/NEN, .Maio de 1997. Florianópolis.

SOARES, Patrícia da Silva. **O Ensino de História da África: uma Proposta de Abordagem para Sala de Aula**, Jataí, GO, Congresso Internacional de História, 2016. Disponível em: http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1474888967_ARQUIVO_OEN_SINODEHISTORIADAAFRICAUMAPROPOSTADEABORDAGEMPARASALADEAULA.pdf. Acesso em 12 de jan de 2021.

LIMA, Mônica. *A África na Sala de Aula. Nossa História*, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 4, p. 84, fevereiro 2004.

LOPES, Danielle Bastos. ‘Não’ para os clichês. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 103, p.72-73, abril 2014.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SILVA, Paulo V. B. **Personagens Negros e Brancos em Livros Didáticos de Língua Portuguesa**. In: 29ª Reunião da Anped, 2006, Caxambu, MG. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/29portal.htm>. Acesso em 11 de jan. 2021.

ENDEREÇOS EEELETRÔNICOS

Geledés – Instituto da Mulher Negra – São Paulo – <http://www.geledes.org.br>

Portal Afro – <http://www.portalafro.com.br/>

Portal Planalto.gov – <http://www.planalto.gov.br/>

Piauí Folha - <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/#:~:text=Esse%20%C3%A9%20o%20percentual%20de,7%20milh%C3%B5es%20se%20declaram%20pardos.>